

| Nº. | TÍTULO DO ARTIGO | AUTORES/COAUTORES |
|-----|---|---|
| | Eficácia do direito à razoável duração do processo no Novo Código Processual Civil: realidade ou utopia? | Ismael do Nascimento Silva |
| | O paradigma constitucional da fundamentação das decisões judiciais e o código de processo civil de 2015. | Danielle Osorio Santos |
| | A celeridade processual e o desenvolvimento: as implicações do CPC/15 frente ao conteúdo normativo da justiça. | Jesus Leite Nery de Lima Francisco Gaspar de Lima Júnior |
| | A efetivação do princípio da celeridade processual no novo CPC. | Layane Sousa Mendes |
| | A questão da justificação racional e transparente das decisões judiciais como efetivação da garantia ao processo justo: uma análise das implicações do artigo 489 do CPC 2015 nas decisões judiciais. | Anderson Reinaldo Araújo Glenda Grazielly Bezerra |
| | Contraditório inútil e seus efeitos à luz do novo processualismo civil brasileiro. | Ricardo Araújo Lima Enny Araújo Lima |
| | O dever de fundamentação analítica nos juizados especiais. | Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira |
| | O novo código de processo civil e os negócios jurídicos processuais | Ana Carolinna Barros e Silva |
| | A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente no código de processo civil | Gabriel de Sousa Almendra |
| | Impressões sobre o negócio jurídico processual | Ráiza Luíza Motta Rocha |
| | Técnica Processual Monitória e sua Interação com os Objetivos do Novo Código de Processo Civil. | Giuliano Campos Pereira. |
| | Processo de execução civil: um instrumento jurídico de proteção do patrimônio. | Jevan Starly Macêdo Silva |
| | Os poderes de instrução do juiz: entre ideologias, ônus da prova e a busca da verdade no processo civil brasileiro. | Luiz Roberto Hijo Sampietro |
| | A inconstitucionalidade da exceção, estabelecida pelo Art. 186, § 4º, do CPC, à dobra prazal à Defensoria Pública. | Roger Vítório Oliveira Sousa Ana Rayza Santos Costa |

| | | |
|--|--|--|
| | | |
| | Responsabilidade patrimonial no processo civil brasileiro: um estudo sobre a eficácia dos direitos fundamentais, da primazia da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial nas relações privadas. | Rodrigo de Lima Leal Ana Paula de Sousa Costa Cássio Luz Pereira |
| | A prova pericial: avanços e perspectivas após os primeiros cinco anos de vigência do código de processo civil. | Saulo Cerqueira de Aguiar Soares Fábio Moreira Santos |
| | Da inequívoca competência do foro nacional para executar títulos executivos judiciais contra a União. | Antonio Augusto Pires Brandão Lúcia Raquel Silva Ferreira |
| | A inversão do ônus da prova sob o viés do direito do consumidor e do processo civil brasileiro: semelhanças e diferenças. | Leandro Cardoso Lages Cícero Gabriel Melo do Nascimento |
| | Medidas executivas atípicas e a garantia da atividade satisfativa: um dos grandes desafios do CPC de 2015. | Paulo Renan Reis Mourão Veras |
| | A cláusula geral de efetivação das medidas executivas: análise do art. 139, IV do novo Código de Processo Civil. | Eduardo Loiola da Silva |
| | Da possibilidade jurídica de suspensão da CNH do executado no âmbito da execução cível: entre a eficiência e a menor onerosidade ao devedor. | Iuri do Lago Nogueira Cavalcante Reis Yuri Coelho Dias Leandro Barbosa da Cunha |
| | Precedentes Judiciais no Processo Civil Brasileiro. | Myrian Christie Moreira Lima Tomás Jobin Coutinho Lopes |
| | Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas sob o prisma do Código de Processo Civil de 2015. | Anna Flávia Santos de Andrade Antônio Ximenes de Oliveira Júnior Geisa Carvalho Vieira |
| | Incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR: causa piloto, procedimento modelo ou ambos? Uma análise do instituto processual à luz da doutrina e jurisprudência. | Flávio Soares da Silva Samuel Pontes do Nascimento |
| | A (in) congruência na impetração do mandado de segurança como eficácia substitutiva diante do descabimento da interposição do agravo de instrumento: direito do acesso à justiça x princípio da unirrrecobabilidade ou da singularidade. | Aurélio Lobão Lopes Lorena de Araújo Costa Soares Diogo de Araújo Costa Soares |
| | A pandemia da COVID-19 no Brasil e os processos estruturais: uma abordagem para litígios complexos. | Marco Félix Jobim |

| | | |
|--|--|--|
| | | Micaela Porto Filchtiner Linke |
| | Mediação de Conflitos e a efetividade alcançada pelo instituto no CEJUSC de Picos-PI: uma análise empírica entre os anos 2018 e 2019. | Andreza Maria Ramos de Sousa Costa Hilziane Layza de Brito Pereira Lima |
| | A mediação no CPC: entraves e perspectivas. | Macela Nunes Leal Matheus Davi Soares Basílio Wilton Gutemberg da Cruz Pires Júnior |
| | Aspectos sobre os requisitos legais e a aplicação prática da suspensão de segurança nos tribunais de superposição. | Marcos de Carvalho Sousa. |
| | A importância da mediação na resolução de conflitos no âmbito familiar. | Letícia Leite Cavalcante de Macêdo Millena Alves de Carvalho |
| | A mediação e conciliação judicial como instrumento efetivo na construção da cultura de paz: estudo bibliográfico sobre o artigo 334 do Código de Processo Civil. | Maria Luiza Borges Coelho Duarte Feitosa Pablo Gonçalves Guimarães |
| | O processo estrutural como instrumento adequado para a tutela jurisdicional do direito à moradia | Andreia Maria de Brito Silva Alexandre Augusto Batista de Lima |
| | Alternativas diversas do encarceramento por dívida alimentar: enfrentando o direito e a realidade. | Felipe Henrique Sousa Santos Paulo Henrique Carvalho Almeida |
| | O Código de Processo Civil e sua influência do direito securitário. | Thiago Edirsandro Albuquerque Normando |